Data: 09-05-2020

Título: O Estado Espetáculo

Pub: dn.pt

Tipo: Internet

Secção: Nacional

O Estado Espetáculo

Adriano Moreira

09 Maio 2020 — 00:20

Deve-se a Schwartzenherg a profunda avaliação do que chamou Estado Espetáculo (1977), num período em que os partidos organizavam congressos que usavam as técnicas teatrais para conseguirem a adesão dos espetadores à ideologia defendida sem necessária relação viável com o interesse do eleitorado chamado à sessão, uma prática que foi adormecida pelo sistema das comunicações, que tem outras exigências e regras. Mas quando as sociedades enfrentam ameaças, como a da pandemia em curso, é o regresso à busca do saber, com respeito pela solidariedade humana de todas as etnias, Estados, e culturas, que não espera qualquer uso da antiga prática.

A intervenção, criticada com maiores ou menores entendimentos, de Trump, sobre a causalidade que atribui a outros, de não respeitarem a exigência do dever de solidariedade mundial, faz lembrar a retoma do Estado Espetáculo. Não é a primeira vez que corolários da "America First", como por mau exemplo se passou com a Embaixada transferida para Jerusalém, que as obrigações de não violar os objetivos da ONU parecerem excluídas. Trata-se agora de um membro do Conselho de Segurança, com o direito de veto, que são os EUA, atingir outro membro do Conselho de Segurança que é a China, também com o direito de veto que há muitos anos lhe foi dado, mas antes com entrega a Taiwan, onde o General Chiang Kai-shek fora reconhecido continuar como Presidente da China. Mas basta recordar que o Conselho de Segurança impediu que a França e a Inglaterra levassem a cabo obrigar, para interromper Nasser, a não impor a sua política relativa ao Canal do Suez, com grande perda de autoridade e prestígio dos seus líderes de governo, sendo de sublinhar que a ONU conseguiu impor a obediência ao seu direito internacional por interpretação imperativa do seu direito.

Embora os tempos tenham afetado o respeito pelos seus princípios, enquanto cresce a competição de uma emergência em que os EUA, a Rússia, e a China, têm mostrado intervenção inovadora, não parece considerar aceitável que, um titular do poder de veto no

ID: 6833905

Conselho de Segurança, esqueça que a dominante questão da resposta ao ataque ao povo da terra, sem diferenças étnicas, culturais, religiosas, ou do poder militar, é hoje científica. Um tema que explica a crescente inovação da intervenção das Universidades, Institutos de Investigação, e profissionais que fizeram crescer uma devoção e respeito mundiais, ao mesmo tempo que também crescem as eventuais críticas ao fraco sistema governativo mundial, sem diferença apreciável entre os regimes.

Uma editora de Belo Horizonte (Ayine) iniciou a tradução para português da chamada Biblioteca Antagonista, onde avultam pelo menos vinte e quatro autores de várias nacionalidades, e onde por exemplo se destacam, pelo título e tema, o livro de Daniele Giglioli, professor da Universidade de Bergamo (Itália), com o título "Crítica da vítima", e o do conhecido intelectual Belga David van Reybrouck que se manifesta "contra eleições". Não há muito tempo, o economista Geneviève Azam, destacava, num artigo, que "nós somos confrontados com irreversibilidades, e uma avaliação fora da norma"; e o professor de sociologia Dominique Méda, da Universidade de Paris - Dauphine, declarava que "a rutura que temos de assumir dirige-nos a recuperar os fundamentos das novas disciplinas". Entre nós, não obstante a frequente dificuldade de meios, temos sido beneficiados por uma posição competente humana, e dedicada, dos centros universitários, institutos de investigação, e profissionais altamente responsáveis e executantes, com risco próprio, que dão apoio a toda a população, que mostra a confiança e apreço pela dignidade com que apoiam as orientações e esforços.

O Conselho de segurança da ONU, seguindo a orientação da Assembleia Geral, com a excelente intervenção do Secretário Geral, não parece que possa omitir a necessidade de evitar, em nome dos direitos humanos, isto é, de "todos os seres humanos", aquilo que Bismark chamava as perigosas leviandades. O que não evitou os brutais conflitos que vivemos. O que explica o corrente conselho no sentido de que se os Estados são livres na escolha de quem os governa, qualquer escolhido desses Estados tem de assumir com lealdade que as suas decisões aceitam o valor dos princípios éticos e legais, e que "qualquer leviandade afetará o próprio globalismo a que chegamos. O pragmatismo, por seu lado, manifesta a convicção de que ganham ética as intervenções que ganham o resultado procurado. É preocupante por exemplo a política de não cumprir ou abandonar os tratados que tenham por objetivo a própria salvação da Terra, como é o de Paris. A Declaração Universal de Direitos Humanos tem de ser fortalecida pela Declaração Universal dos Deveres, como defendia a proposta do InterAction Council de 7 de Setembro de 1997. É tempo.

ID: 6833905